

Aumenta a pressão para evitar a derrubada ao veto à Emenda 3

Foto: CUT Nacional

De uma lado empresários fazem lobby para derrubar o veto do presidente Lula à Emenda 3, de outro trabalhadores ocupam as ruas e fazem paralisação pela manutenção do veto e dos direitos trabalhistas já adquiridos

A indignação dos trabalhadores contra a ameaça de retirada de direitos através de iniciativas da bancada dos empresários no Congresso Nacional dá o tom dos atos, protestos e debates programados para esta quarta-feira, dia 23.

Em Minas Gerais, a CUT se uniu às outras centrais e entidades para realizar atividades em todo o Estado e grande ato público na Praça Sete, contra qualquer tipo de reforma que traga prejuízos à classe trabalhadora e à soberania do país.

O Sindieleto aderiu à jornada de lutas e programou mobilização em todas as portarias da Cemig para discutir os riscos da retirada de direitos trabalhistas. Na avaliação do coordenador-geral do sindicato, Wilian Vagner, a grande mobili-

zação nacional mostra a dimensão dos golpes contra os direitos dos trabalhadores.

“Este ato é resultado de um consenso inédito entre diferentes entidades que sabem que é hora de brigar coletivamente não só contra a Emenda 3, mas também contra qualquer iniciativa para reduzir garantias da classe trabalhadora”, destaca.

Grande imprensa tendenciosa

Apesar de dezenas de entidades realizarem atos e debates nacionais contra a Emenda 3, a grande imprensa privilegia a defesa da medida que tem como porta-voz poucas instituições ligadas aos interesses patronais. Para o coordenador do sindicato na Regional Norte, Alex Fabiano, esta cobertura ten-

denciosa fica clara, por exemplo, com o destaque dado ao ato promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo em defesa da Emenda 3.

“O ato da OAB, em São Paulo, um dos únicos estados onde a entidade é a favor da Emenda 3, contrariando posição nacional da entidade, foi amplamente divulgado. Enquanto isso, debates nacionais promovidos pelo Ministério Público do Trabalho para discutir Fraudes nas Relações de Trabalho não têm espaço na imprensa nacional”, avalia.



Trabalhadores sabem a importância do momento político

Para entender a Emenda 3

Os empresários já estão fazendo um grande lobby no Congresso Nacional para forçar que a Emenda que retira uma série de direitos dos trabalhadores entre em vigor. Se o veto do presidente Lula for derrubado, os auditores da Receita Federal serão impedidos de aplicar multas em empresas que usam o artifício da pessoa jurídica para não assinar a Carteira de Trabalho.

Assim, elas se livram do pagamento do 13º salário, férias, FGTS, vale-transporte, vale-refeição e assistência médica. Contudo esses “prestadores de serviço”, na verdade, são trabalhadores que estão sujeitos às regras e hierarquias das empresas.

A Emenda 3 foi incluída pela bancada dos empresários à lei que criou a Super-Receita. Em março, o presidente Lula sancionou a Super-Receita, mas vetou a Emenda 3. Se a Emenda fosse aprovada caberia apenas ao Judiciário declarar fraude e reconhecer a existência de vínculo de trabalho e a multa às empresas dependeria de autorização da Justiça, processo lento e quase sempre favorável aos empresários.

Eletricitários contra a retirada de direitos

O sindicato programou mobilização em todas as regiões do Estado nas portarias da Cemig. Na Regional Oeste, será realizada uma setorial na Usina de Gafanhoto para explicar aos trabalhadores a relação entre as questões em debate e o futuro de seus direitos.

O coordenador da Regional, Celso Primo, irá participar

de reunião com outras entidades da região para definir estratégias unificadas para ampliar o debate.

Na região Norte, o Sindieleto participa de ato público, em Montes Claros, promovido pela CUT-Regional. Também irá promover mobilizações nas portarias da Cemig. Alex Fabiano acredita que o trabalhador verá a relação entre o que propõe a Emenda 3 e as irregularidades trabalhistas que acontecem na Cemig. “Esperamos maior envolvimento da categoria no debate sobre a Emenda 3, aumentando a pressão sobre os deputados para que não votem a favor da retirada de direitos”, explica.

Na Regional Vale do Aço os trabalhadores participam da mobilização na porta da Cemig. A Regional também incluiu na programação uma panfletagem no centro de João Monlevade. Uma plenária com todos os sindicatos irá traçar as estratégias para a campanha contra a Emenda 3.



Bancada de empresários é a maior do Congresso Nacional

Ainda não há data prevista para a votação do veto do presidente Lula à Emenda 3 e outros projetos que retiram direitos dos trabalhadores, mas se dependesse do interesse corporativo dos deputados, o veto do presidente Lula já seria derrubado.

O livro “O que esperar do novo Congresso – perfil e

agenda da legislatura 2007/2011”, lançado pelo portal Congresso em Foco, mostra que 35% dos congressistas têm algum tipo de empresa.

São 190 deputados e 29 senadores donos ou diretores de empresas que garantem a ampliação da bancada. Em contrapartida, a bancada sindicalista, que tem compromisso com a

defesa dos direitos dos trabalhadores, teve redução de 11 congressistas nesta legislatura.

O voto destes empresários-deputados é levado em conta pelas centrais sindicais que anunciam uma luta sem tréguas contra as investidas patronais sobre os direitos dos trabalhadores.

Sindicato reafirma importância da CIPA

Em maio os eletricitários foram às urnas e elegeram seus representantes para as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas). A direção do Sindieletrô acompanhou o processo e promoveu cursos para a formação dos cipistas. Contudo, para que a atuação da Cipa seja ampliada – colocando a preservação da saúde e a integridade física em primeiro pla-

no – é fundamental uma consistente organização dos trabalhadores para ampliar.

Essa é a opinião do coordenador da Regional Metalúrgica do Sindieletrô, Leonardo Timóteo. Em sua avaliação, o diretor ressalta que para conquistar uma Cipa forte, atuante e representativa, os eletricitários devem seguir o caminho de “conhecer para transformar”.

“No entanto na Cemig, como tudo é decidido de cima para baixo, as Cipas tiveram um histórico de atuação limitada, discutindo apenas os acidentes ocorridos, realizando inspeções e deixando de ser espaço de reflexão e construção de propostas para promover a saúde e a segurança do eletricitário”. Para o diretor o debate sobre as Cipas deve partir das análises dos

próprios eletricitários. “Só quem conhece os riscos do dia-a-dia do trabalho e vive o cotidiano da Cemig poderá planejar a atuação das Cipas”, avalia.

Outro questionamento importante sobre a postura da Cemig diz respeito às condições de trabalho dos terceirizados. “A Cemig não tem conhecimento sobre o que é discutido nas CIPAs dessas empresas”, complementa o diretor, chamando atenção ao grande número de acidentes com terceirizados.

De 1999 até abril deste ano foram 64 acidentes fatais na Cemig. O que corresponde a um eletricitário morto a cada 47 dias. Desse total, 46 acidentados eram de empreiteiras.



Trabalhadores de Funil e Aimorés apresentam reivindicações

Foto: Benedito Maia

O Sindieletrô participou da 1ª reunião de negociação para o Acordo Coletivo de Trabalho 2007/2008 dos trabalhadores de Funil e Aimorés. A reunião com o Consórcio Cemig e Vale do Rio Doce, administrador das duas usinas, aconteceu no último dia 7.

As principais reivindicações na pauta deste ano são um acordo coletivo de trabalho unificado para as duas usinas, melhores condições de trabalho – tendo como parâmetro os eletricitários da Cemig –, aumento salarial, um Plano de Cargos e Carreiras que dê uma perspectiva de crescimento funcional para os trabalhadores, entre outros.

Durante a reunião, o Sindieletrô apresentou a pauta de reivindicações e agora aguarda



Reunião de negociação dos trabalhadores de Funil e Aimorés

um retorno do Consórcio. Por se tratar de um primeiro encontro, a empresa apresentou apenas alguns “questionamentos normais” sobre a proposta, como afirma o diretor de Saúde e Segurança do Sindicato, Jairo

Nogueira. “O Sindieletrô está na expectativa de que o Consórcio atenda a pauta de reivindicações”, complementa. Uma nova rodada de negociação deverá acontecer nos próximos dias.



Foto: Benedito Maia

O Fórum de Entidades realizou na última quinta-feira o debate “Previdência

Complementar: desafios e perspectivas”, com Cláudia Ricaldoni, Secretária Geral da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão (Anapar), e Plínio Arantes, Diretor de Relação com os Participantes da Forluz.

Novos debates sobre previdência complementar já estão agendados. Aguarde!

FALA CONSUMIDOR

Você acha que a Cemig tem prestado um bom atendimento?

Fotos: Benedito Maia



Há algumas semanas faltou luz aqui no meu condomínio. Aproximadamente 10

horas da manhã desse dia resolvi ligar para a Cemig para informá-los sobre o que estava acontecendo. Recebi a informação de que outras pessoas já haviam ligado, mas o problema ainda não tinha sido solucionado. O atendimento telefônico é ruim, esperamos mais dedicação dos atendentes. Eles não te respondem prontamente e nem o que é perguntado. E quando o técnico chegou, umas oito horas depois, ele não soube informar direito o que tinha acontecido. Eu achei que o atendimento não foi bom. Além disso tudo, o preço do KWh é muito caro.

Geraldo Ferreira Lima, 69 anos, aposentado – morador do bairro Cruzeiro – Belo Horizonte



Há três semanas atrás, mais ou menos, acho que em um domingo, a energia aqui no meu

bairro ficou desligada de 7 até às 17h. Mais de 10 horas sem energia. Eu cheguei até a ligar, várias vezes, para o atendimento (0800) da Cemig, mas não consegui falar. Fiquei desde oito da manhã tentando falar com alguém, mas somente a “máquina” atendia. Só consegui falar com “pessoa” às onze horas. Na minha casa nós perdemos algumas coisas que estavam na geladeira. Algo que não entendi foi porque só as residências estavam sem energia. Os bares em frente tinham luz. Acho que poderia haver mais manutenção nas redes para que evitasse esses incidentes.

Gastão Fabiano Piazza, 75 anos, aposentado – morador do bairro Cruzeiro – Belo Horizonte

Falta de manutenção provoca aumento do serviço e demora no atendimento

Bastou uma chuva com ventos um pouco mais fortes para explicitar a fragilidade da rede elétrica da Cemig. Por mais experiência e dedicação que tenham, os trabalhadores não estão dando conta de atender a demanda dentro dos limites aceitáveis pelos consumidores.

No início do mês, cerca de 50 mil pessoas ficaram sem luz por mais de 24 horas em plena capital do Estado. As regiões de Venda Nova e do Barreiro também ficaram na escuridão durante todo o final de semana. A Cemig creditou o “apagão” às rajadas de vento, que atingiram até 56 quilômetros por hora. Até aí tudobem. Aventania pode ter sua parcela de culpa, mas por que um estrago tão grande?

Quem explica é o coordenador da Regional Metalúrgica do Sindieleto, Leonardo Timóteo.



Fotos: Benedito Maia

Exemplo do que não pode acontecer: galhos tocando na rede elétrica é o que causa a maior parte das interrupções

Segundo ele, em caso de ventanias fortes, a única forma de enfrentar a intempérie é com prevenção. “O que causa a interrupção são os galhos tocan-

do na rede elétrica. O que evita isso é a poda preventiva, que não está sendo feita da forma que deveria. Antes existiam 14 equipes de poda para a Grande BH, atu-

almente existem quatro. Não vou dizer que com a poda não aconteceria interrupção, mas seria em número bem menor”, explica o diretor.

Outro aspecto importante nesse caso é a falta de manutenção preventiva. Leonardo Timóteo conta que as notas de serviços (NS) são geradas pelas equipes de inspeção, mas demoram tanto a ser executadas que quando o pessoal chega para fazer o reparo programado, o problema é outro, e quase sempre muito maior. Então, é gerada uma nova NS, que vai ter que percorrer o mesmo caminho demorado.

Segundo informações apuradas, a Cemig determina um orçamento anual para Pessoal, Material, Serviços e Outros. O dinheiro para pessoal está ga-

rantido, já os recursos para materiais e serviços não. “Historicamente, quando o orçamento aperta, o corte é feito na manutenção”, conta um trabalhador. A lógica da Cemig é seguir o DEC: se ele está no padrão exigido pela Aneel, não é preciso mais investimento.

“A empresa não pode trabalhar no limite do aceitável. Tem que oferecer o melhor para a sociedade porque é uma empresa pública, não uma padaria em que o dono administra pensando apenas no seu bolso”, critica Leonardo Timóteo.

Longa espera

Tanto a falta de poda preventiva quanto de manutenção da rede foram os grandes culpados da demora para o reestabelecimento da energia, apesar da Cemig colocar a culpa no vento e ponto final.

Todos os trabalhadores entrevistados são unânimes em afirmar que a demora no atendimento ocorreu pelo grande volume de trabalho. E o grande volume de trabalho se deve a falta de investimento na poda e manutenção preventivas.

“Nós percebemos que a manutenção está sendo deixada de lado. Num caso como esse, se a manutenção tivesse sendo feita corretamente, atenderíamos menos chamadas e a solução do problema seria mais rápida. Nós trabalhamos no limite, chamamos sobreaviso, chamamos todo mundo, e mesmo assim teve consumidor que ficou bastante tempo desligado”, afirma um trabalhador.

Para o coordenador da Regional Metalúrgica, a falta de pessoal no quadro próprio também agravou a situação. “O pessoal da Cemig atende com mais agilidade porque sabe identificar o problema com maior rapidez pela experiência que tem. Já o pessoal de empreiteira não tem nem formação pra esse tipo de situação”, comenta Leonardo Timóteo.

Avaliação de Desempenho está comprometida pela falta de transparência

Apesar do Acordo Específico do PCR e da orientação do RH garantirem a todos os trabalhadores da Cemig o acesso ao resultado final da sua Avaliação de Desempenho, muitos eletricitários não estão tendo este direito respeitado.

O diretor do Sindieleto, Arcângelo Queiroz (foto), destaca que, apesar da Avaliação determinar o reajuste horizontal e vertical nas carreiras, há muitos casos em que os relatórios de feedback nunca chegaram às mãos dos eletricitários.

“Em alguns locais os gerentes deram retorno aos trabalhadores mas, no geral, o processo não dá transparência à Avaliação e nem leva ao aprimoramento profissional”, avalia o diretor. O relatório contém informações estratégicas para o trabalhador rever a sua atuação ou contestar a avaliação, mas em várias

unidades as gerências deixaram de entregar os relatórios de 2005 e 2006.

Da forma como é hoje, o conceito final obtido na Avaliação leva em conta, principalmente, a pontuação dada pelo supervisor e gerente, que tem peso maior do que a auto-avaliação e a pontuação dada pelos colegas de trabalho.

Na progressão horizontal os trabalhadores melhores avaliados têm reajustes nos salários que variam de 5 a 12% de acordo com as regras do Plano e a definição do gerente. Para obter o crescimento vertical, que pode chegar a 15%, o trabalhador deve obter conceito A.

Um dos questionamentos do Sindieleto é que o processo não é claro, as regras são pouco conhecidas pelos trabalhadores e até por alguns gerentes. Os critérios para a forma-

ção do “ranking dos trabalhadores melhores conceituados” que receberão a variação remunerável, é outro exemplo da falta de informação no PCR. “A Avaliação de Desempenho é decisiva para o PCR. O Plano ainda tem muito o que ser aprimorado para se tornar mais dinâmico e transparente”, avalia Arcângelo.

Para o diretor, entre os desafios está a mobilidade para diversas carreiras, a realização de concurso interno para o nível médio e superior e menos concentração de poder nas mãos dos superintendentes e da diretoria da Cemig.

Questionado sobre as irregularidades no feedback, o RH admitiu que não tem cumprido os prazos por causa da reestruturação no setor de Treinamento e de outras gerências. A assessoria do RH informou que todos os funcionários recebe-



Foto: Benedito Maia

rão o relatório e que, até a semana que vem, apresentará um prazo limite para gerentes darem os retornos. Além dos feedbacks, a direção do Sindieleto também cobra do RH negociação para rever as regras do Acordo Específico do PCR, dando maior transparência e credibilidade ao Plano.

Governo apresenta Brasil como “potência” do álcool, mas terá que humanizar canaviais

Foto: Maurício de Souza/Hoje em Dia

Antes de se tornar o maior exportador de álcool do mundo, país deverá rever modelo de produção de cana-de-açúcar ainda baseado na monocultura, com problemas nas relações de trabalho, na saúde do trabalhador e para o meio ambiente.

Todos os relatórios sobre Mudança no Clima recomendam a substituição de combustíveis fósseis como o petróleo, carvão e gás natural por fontes não poluentes e renováveis como o biodiesel e o etanol. Após os alertas sobre o aquecimen-

to global, o presidente George Bush visitou o Brasil para discutir acordos de comercialização.

Com a nação americana sendo apontada como a maior poluidora do mundo, Bush anuncia que o país estará, em dez anos, adicionando 20% do etanol à gasolina.

Em entrevista coletiva, na semana passada, o presidente Lula disse que quer ser o garoto-propaganda do biodiesel no mundo. A reunião do G 8, grupo dos sete países mais desenvolvidos do mundo e a Rússia, em junho, será um espaço para o governo brasileiro apresentar o biodiesel e o etanol como formas de reduzir o aquecimento global. “Vamos desaquecer o planeta utilizando mais álcool e



Condições de trabalho nos canaviais são subumanas

Sindieletro antecipou debate

Os canaviais brasileiros multiplicaram nos anos 60, sob as asas do Pró-Alcool, deixando para trás um rastro de riqueza, mas também de degradação ambiental e de exploração de mão de obra. Historicamente a monocultura da cana também favoreceu os latifúndios e a concentração de renda, além de eliminar culturas de alimentos como soja, café e batata.

Nos anos 90, o Sindieletro liderou o debate sobre a descentralização da produção de álcool no Brasil. Em parceria com o CENAD (Centro Nacional de Autodesenvolvimento) apoiou a criação do Programa Nacional de Álcool e Leite (Pronal) para “gerar empregos, alimentos e energia da biomassa”.

A iniciativa estimulava o cultivo, beneficiamento e comercialização do álcool em pequenas propriedades, via agricultura familiar. Em 1997, o

sindicato ajudou a implantar a microdestilaria em Betim.

Para o diretor de Energia da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Franklin Gonçalves, o debate iniciado pelo sindicato deve orientar a trajetória do álcool biodiesel, construindo uma política pública para o etanol.

“A retomada da agricultura familiar deve ser vista como oportunidade de gerar emprego na cadeia produtiva do álcool. Além de pensar na exportação, deve garantir abastecimento interno e incentivar a frota nacional de carros movidos à álcool”.

Para o diretor é preciso evitar o controle das usinas de açúcar do país por americanos para que o governo brasileiro tenha condições de regular o setor e evitar a descontinuidade no fornecimento do produto por interesses dos investidores, como ocorreu no Pró-álcool.

Por trás do álcool, uma legião de mutilados

Os canaviais brasileiros reúnem milhares de trabalhadores vindos de regiões como Nordeste e Vale do Jequitinhonha. São cerca de 50 mil migrantes, trabalhando e vivendo em condições subhumanas, até sem água potável.

Apesar da fachada dos salários e do direito de ir e vir, muitos cortadores de cana vivem em condições próximas à escravidão e morrem em canaviais do Brasil, a maioria por exaustão. Para a colheita, o trabalhador dá em média 30 golpes de faca por minuto e corta de 10 a

mais biodiesel, plantando mais girassol, mamona, plantando coisas que possam significar o sequestro de carbono”, disse. O pre-

sidente vislumbra o cultivo no Nordeste brasileiro, no Vale do Jequitinhonha, na América Central e sua expansão na África.

12 toneladas de cana por dia. A esse esforço podem ser acrescentados o calor excessivo, a fumaça aspirada no momento do corte, a má alimentação e tensão por produtividade exigida.

A professora da USP, Maria Aparecida de Moraes, explica que a atividade exige uma energia que, muitas vezes, o trabalhador não possui, por ser extremamente pobre, doente e subnutrido.

“A carência nutricional, agravada pelo esforço excessivo, favorece acidentes de trabalho. Este é o paradoxo dos dois mun-

dos da sociedade contemporânea. O trabalho que produz uma enorme riqueza é o mesmo que mutila e pode matar os trabalhadores”, avalia.

O presidente Lula defendeu a “humanização” do trabalho dos cortadores de cana e diz que o governo poderá interferir nas negociações entre usineiros e trabalhadores e apresentar lei ao Congresso para regular a questão. “Não podemos permitir que com o biodiesel se repitam os erros que foram cometidos no plantio de cana-de-açúcar nesse país”, disse Lula.

